



Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo

Neoliberalism and fascism: the evil paradigm of bolsonarismo

■ Karoline Claudino Guimarães e Máira Carvalho Pereira

Resumo

O presente artigo pretende demonstrar a relação entre algumas das principais ideias do fascismo tradicional e o fôlego que a agenda ultraneoliberal vem adquirindo no atual contexto brasileiro, aprofundado a partir da governança bolsonarista. Através de uma análise crítica da conjuntura político-econômica do país, objetiva-se contribuir com o necessário debate que se estabelece na contemporaneidade. Para isso, realizou-se um breve resgate histórico dos primórdios do fascismo, correlacionando-o ao cenário brasileiro instaurado diante da ascensão do ideário neofascista coadunado ao neoliberalismo e seus desdobramentos no contexto atual.

Palavras-chave

Fascismo; Estado; Neoliberalismo; Capitalismo.

Abstract

This article intends to demonstrate the relationship between some of the main ideas of traditional fascism and the breath that the ultraneoliberal agenda has been acquiring in the current Brazilian context deepened from Bolsonarist governance. Through a critical analysis of the country's political and economic situation the objective is to contribute to the necessary debate that is established in contemporary times. For this a brief historical rescue of the beginnings of fascism was carried out, correlating it to the Brazilian established scenario in view of the rise of the neo-fascist idea and its unfolding in the current context.

Keywords

Fascism; State; Neoliberalism; Capitalism.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a atualidade brasileira, tendo em vista dois velhos conhecidos para o restabelecimento econômico em prol do grande capital e em detrimento da classe trabalhadora: o fascismo e o neoliberalismo. Para tanto, buscou-se versar sobre estas teorias uma vez que fornecem condições de compreender, dados seus desdobramentos, um pouco mais sobre a realidade brasileira. Sobretudo, por se apresentarem como características centrais no governo Bolsonaro.

Dessa forma, afirma-se que o ideário neofascista contribui para escamotear a força brutal com que a extrema direita impulsiona a agenda ultraneoliberal¹. De tal forma que obscurece a visão da classe trabalhadora, em “uma confusão entre a realidade objetiva e seu espelhamento imediato” (LUKÁCS, 2012, p. 25). Essa aparência reforça a ideologia neoliberal e legitima a ideia salvacionista da pátria (econômica, política e social) por meios míticos, deixando à penumbra de “expressões autoritárias, preconceituosas e irracionais, (...) moralizantes, intolerantes e reacionárias” (FREIRE, 2018, p. 193), o aviltamento dos direitos sociais frente ao perverso projeto de salvaguarda do capital através do neoliberalismo.

Nesta ótica, a etapa investigativa deste ensaio utilizou a pesquisa exploratória, definida por Gil (2008) como a “primeira etapa de uma investigação mais ampla”. Compreende-se que as categorias e conceitos principais de investigação são multifacetados – tais quais: fascismo, neofascismo, neoliberalismo e bolsonarismo – e por isso a pesquisa exploratória torna-se necessária para melhor elucidação e delimitação deste estudo. Para isso, a finalidade é compreender os principais processos históricos brasileiros que se conformaram no avanço do fascismo clássico coadunado ao fomento do ideário neoliberal e os desdobramentos desse processo que aparecem com fôlego renovado nos dias atuais.

Buscaremos, então, realizar um aprofundamento de alguns fundamentos das ciências sociais e economia política, a partir do materialismo histórico dialético como referência para a análise dos processos históricos decorrentes das mudanças estruturais expressas no cenário brasileiro com o avanço do fascismo e com o fortalecimento do neoliberalismo. Pois, considera-se que estas refletem relações sociais que estão assentadas intrinsecamente à cultura da crise, representada magistralmente por Mota (2015), que constitui e reconstitui a hegemonia do grande capital e consenso (ou pouca resistência) da classe trabalhadora.

O ponto de partida da análise aqui pretendida elucida duas questões indispensáveis: a primeira é a delimitação da ideologia fascista, que se deu num período historicamente determinado e necessário (ao capital). Em segundo lugar, evidencia-se o desenvolvimento do neofascismo e sua repercussão na atualidade, em articulação ao bolsonarismo e seus sectários. O fascismo, porém, ao ser perquirido em sua forma clássica, confere as bases para a compreensão de fenômenos da nossa história mais recente, bem como a percepção de como aparece travestido de uma nova roupagem; de tal forma, que se torna um elemento indispensável para uma análise conjuntural do Brasil de hoje. O fascismo e o neofascismo são ideais que, fortalecidos (e se fortalecendo), sobretudo, a partir do solo fértil, muito bem arado, do imaginário social ante a ascensão do bolsonarismo, evidencia o esgotamento do consenso entre classes, e, conseqüente estágio atual da luta de classes no país. Quanto a isso, entende-se

1 Segundo Cislighi (2019) o termo ultraneoliberalismo pode ser caracterizado pelo aprofundamento do neoliberalismo na conjuntura atual, implementado por meios de governos neofascistas ou ultraconservadores. Segunda a autora, esta caracterização se deu a partir de uma entrevista de Antunes: “Podemos viver um ultraneoliberalismo, sob uma ditadura e com respaldo eleitoral”.

que o contexto é de intenso acirramento da correlação de forças sociais, onde a disputa pela hegemonia², ante a crise estrutural do capital, conformou um grande bloco – não monolítico – entre a classe dominante.

Não obstante, buscamos ainda convergir na reflexão da disputa pela hegemonia do neoliberalismo, elucidando porque a cultura da crise propicia seu avanço e fortalecimento em um ataque sistemático aos direitos sociais. Segundo Mota (2015), a cultura da crise se deu a partir da disputa de hegemonia da burguesia, insistindo que todo o conjunto da sociedade deveria sofrer os ônus da crise. Para essa cultura da crise é imprescindível à retomada da produção, conseqüentemente, com maior precariedade do trabalho e aviltamento do padrão de vida dos trabalhadores. Portanto, compreendemos que essa hegemonia burguesa propicia a absorção do ideário da crise pela classe trabalhadora, já submersa pela precarização da vida e violência do cotidiano, oportunizando a busca de uma figura messiânica que possa transformar a realidade.

Então, atemo-nos a compreensão da trajetória do neoliberalismo nos governos pós-democráticos brasileiros e a construção de sua hegemonia – que propiciou o recrudescimento da luta de classes. E, portanto, com o intuito de contribuir para desmistificar a combinação fascismo-neoliberalismo, tão catastrófica para a classe trabalhadora, que este ensaio pretende ser desenvolvido. Sabe-se, porém, que se trata de uma temática impossível de se esgotar nas páginas ulteriores, visto que congrega uma multiplicidade de fatores e é extremamente multifacetada.

A ascensão do fascismo e o desenvolvimento do neofascismo: uma mediação necessária para compreender a realidade atual

O capítulo a seguir se trata de um construto que objetiva realizar algumas mediações imprescindíveis para uma efetiva compreensão da relação entre o fascismo clássico e o fortalecimento do neofascismo no presente momento. Isso porque essa articulação histórico-crítica do surgimento do fascismo ante ao desenvolvimento do modo de produção capitalista permite vislumbrar, numa perspectiva de totalidade, o cenário global do período e suas refrações nos dias atuais. Neste sentido, torna-se relevante voltarmos ao recente passado em que surgiu o fascismo. Apresentando um breve panorama do contexto que propiciou o estabelecimento desse regime e como a disseminação de suas concepções ao redor do mundo teve (e ainda tem) uma indubitável influência na manutenção da ordem capitalista em escala mundial.

² É importante referendar que no tocante ao contexto brasileiro de hegemonia da classe dominante compartilha-se da concepção de Freire (2018, p. 192), quando escreve: “no Brasil, o longo período que vai desde 1930 até 1990, não é propriamente de hegemonia. Mas de sua ausência”. Isso porque, a autora defende que desde o ano de 1930 o Estado brasileiro sofreu praticamente um golpe ou tentativa por triênio. Refere que “de 1930 a 1990, portanto durante sessenta anos de história, o país vivenciou 41 anos sem governos eleitos pelo povo – 15 durante o período ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945) e 26 sob governos militares ou sua prolongação na presidência de José Sarney (1964-1990). Um regime parlamentar existiu no intervalo entre os dois períodos – 1945 e 1964 – que, contou com quatro presidentes eleitos, dos quais apenas dois concluíram seus mandatos. Uma única vez nesses 60 anos o país viu um presidente civil eleito pelo voto popular – Juscelino – transmitir o cargo a outro civil – Jânio – igualmente eleito por votação popular, mas que renunciou sete meses depois”. Vale lembrar também o golpe jurídico-parlamentar em 2016, que impediu o mandato da então presidente eleita Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores.

Com efeito, situamos o fascismo como:

uma forma de comportamento político marcado por uma preocupação obsessiva com a decadência e a humilhação da comunidade, vista como vítima (...). [As quais necessitam de] um partido de base popular formado por militantes nacionalistas engajados, operando em cooperação desconfortável, mas eficaz com as elites tradicionais, que repudia as liberdades democráticas e passa a perseguir objetivos de limpeza étnica e expansão externa por meio de uma violência redentora e sem estar submetido a restrições éticas ou legais de qualquer natureza (PAXTON, 2007, p. 178).

Para tanto, afirma-se que a experiência do fascismo ocorreu em um período historicamente determinado que não se repete na atualidade, tal qual ocorre com os fenômenos históricos. Mas reforçamos que ganham espaço suas ideias, agregando tendências, limites e possibilidades na conjuntura mundial contemporânea. Nesse aspecto, entende-se o desenvolvimento do neofascismo.

Com isso, cabe ressaltar que as articulações das funções políticas, econômicas e sociais do Estado moderno são, com efeito, mediatizadas pelas forças sociais presentes no contexto em que se encontram. De tal modo, ocorre que, conforme Netto (2011), onde o Estado burguês não enfrenta

um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados, a burguesia monopolista joga em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-políticas do capitalismo monopolista, sem configurar, um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro – do Welfare State ao fascismo (NETTO, 2011, p.28).

Tanto assim que Konder (2009) afirma que o regime fascista atendeu diretamente os interesses e projetos econômicos da pequena burguesia (inicialmente a italiana), a qual vislumbrava o grande capital financeiro na conformação da idade dos monopólios – depois tendo por sustentáculo o apoio dos industriais e latifundiários. É importante frisar que o sentido principal do fascismo era o de fortalecer e expandir o Estado burguês sob a égide do imperialismo. Isto é, dar continuidade ao desenvolvimento do modo de produção capitalista que esbarrava em seus próprios limites históricos – da necessidade de um Estado que correspondesse às demandas de sua fase monopólica.

Destarte, pontua-se o início do fascismo datado em 23 de março 1919, quase dois anos após a Revolução Russa³, quando Benito Mussolini reuniu-se em Milão, na Praça do Santo Sepulcro, com os primeiros esquadrões fascistas, então denominados Fasci Italiani di Combattimento⁴, declarando publicamente guerra ao socialismo. Esses grupos paramilitares,

3 A Revolução Russa teve seu início datado em 08 de março de 1917.

4 Os fasci di combattimento tornam-se a espinha dorsal para a instauração do regime fascista. Isso porque esses grupos paramilitares, ainda embrionários do efetivo fascista, conformaram milícias com poder bélico e autocrático inenarráveis. Tornar-se-iam, mais a frente, o Partido Nacional Fascista, despontando no ano de 1920. De acordo com Paxton (2007), a força desse grupo paramilitar concedeu a Mussolini e seus seguidores o aparato necessário para realizar barbaridades com o intuito de causar medo, pânico e aprofundar a crise política e social na Itália.

por meio da conformação de milícias, tornam-se, mais tarde, o Partido Nacional Fascista, concedendo a Mussolini o poder necessário para sua ascensão política. Todavia, é em outubro de 1922, através do apoio de segmentos como o dos veteranos de guerra, de sindicalistas e de uma parcela significativa de intelectuais de camadas médias, além de repórteres, que contribuíram com a divulgação de imprensa, condição importantíssima para a disseminação massiva dos ideais nacionalistas que conquista legitimidade – que Mussolini conseguiu efetivamente ampliar sua base social.

É a partir da Filosofia da Práxis de Antônio Gramsci que é possível referendar, sobretudo, a função social do fascismo italiano. Especialmente, tangentes à economia e as relações sociais estabelecidas no período, as quais tornaram propício o surgimento dos fascio. Muito embora seus pormenores não caibam no conteúdo deste texto, destaca-se novamente que o objetivo era efetivamente consubstanciar um caminho novo para o desenvolvimento do capitalismo.

Nesta mesma ótica, é possível afirmar que a Itália foi o berço do fascismo, todavia, trata-se de “um fenômeno internacional, porque “el capitalismo no solo en Itália, sino en todo el mundo, se há vuelto incapaz de dominar as fuerzas productivas” (GRAMSCI *apud* BARBOSA, 2015, p. 136). Sendo assim, é justamente por isso que o fascismo aparece como

la fase preparatória de la restauración del Estado, esto es, de un recrudescimiento de la reacción capitalista, de un endurecimiento de la lucha capitalista contra las exigencias más vitales de la clase proletaria. El fascismo es la ilegalidad de esta violencia capitalista: la restauración del Estado es la legalización de esta violencia: es una conocida ley histórica que lo costumbre precede al derecho (GRAMSCI *apud* BARBOSA, 2015, p. 136)

Com efeito, a afirmativa reitera o fato de que a luta de classes é insuprimível na sociedade capitalista, aparecendo como pedra de toque no momento em que a correlação de forças é tensionada de forma limítrofe – ameaçando o sistema produtivo. E sob aspectos bastante gerais, é possível cimentar a ascensão do fascismo, em última instância, no impasse entre a falência do Estado liberal (no capitalismo monopolista) e o efervescente movimento operário europeu (e camponês), principalmente na Itália.

O contexto em que o modo de produção capitalista se encontrava era de pressão pelo até então êxito revolucionário da União Soviética. Sobretudo a Europa vivia um cenário de medo e incerteza ante a falência do liberalismo econômico, exacerbando o sentimento massivo de ódio pelo comunismo, o qual supostamente arrastaria os pequenos burgueses para um caminho de proletarização. Arando ainda mais um solo já fértil para o desenvolvimento de uma autocracia chauvinista. De forma que o cenário instável corroborou com a base inicial de sustentabilidade dos fascio, base essa composta por segmentos rurais e camadas da pequena burguesia urbana.

Entretanto, com a ascendência e legitimidade desse poderio paramilitar entre as massas, sua “estabilidade” política foi alcançada ao angariar o apoio da grande burguesia latifundiária e industrial. Tratava-se de uma nova “reação consubstanciada na aliança de setores conservadores, incitando e tendo como base primeiramente a pequena burguesia” (BARBOSA, 2015, p. 132).

Para isso incendiaram estabelecimentos e casas, promoveram saques aos comércios e residências de socialistas, além ocupar cidades cuja liderança fosse de viés de esquerda.

Apesar da insipiência centralizadora desde o início, cabe destaque para a afirmação de Paxton (2007) quanto à radicalização que se estabelece após a instauração efetiva do regime. Para isso, o holofote é posicionado sobre a figura do líder (que apresenta, sem dúvida, uma parcela de carisma sob toda autocracia e opressão) e sua intrínseca relação com seus seguidores, ponto também crucial quando se fala de neofascismo.

Fora da Itália o cenário não estava melhor, a disseminação do ódio pelo comunismo percorreu um caminho sinuoso por entre os países do continente, como Bélgica, Espanha, Romênia, Grã-Bretanha, Portugal, Áustria e Alemanha. Mais especificamente na Alemanha, despontaram ideias totalitaristas que subsidiaram o surgimento do nazismo.

Na metade austríaca de Habsburgo os cidadãos de idioma alemão começavam a demonstrar o início de pequenas atitudes de desprezo para com os concidadãos de origem tcheca, além de demais minorias no território (PAXTON, 2007). Apesar de um painel ainda embrionário, as ideias nacionalistas, impregnadas de um antissemitismo que já vinha fermentando desde o século XIX, congregam uma legião de seguidores alemães. Antes mesmo de ocorrer a I Guerra Mundial, grande parcela dos povos germânicos já enxergava os tchecos não como iguais, mas como nacionalmente rivais. Após a guerra, Adolf Hitler, até então militar à disposição do Serviço de Inteligência do Exército Alemão, deu início a suas investigações oficiais aos movimentos nacionalistas advindos do Partido dos Trabalhadores. Sua aproximação gradativa com o partido o levou, através de atributos como carisma e excelente oratória, já no ano de 1920, a tornar-se líder do mesmo, renomeando-o de Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores (ou o Partido Nazista).

Paxton (2007) afirma, que, de forma bastante sucinta, é possível discorrer sobre o desenvolvimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores sob gestão de Hitler por meio de um discurso agressivo e racista. Em 1933, quando se estabelece o início do nazismo e finda a República Weimar⁵, o painel político alemão já se encontrava chafurdando em sucessivos golpes e traições. Os nazistas, tais quais os fascistas, valeram-se da violência exacerbada com a finalidade de elevar a crise e garantir a tomada do poder. Fator que merece atenção, visto que torna evidente que tanto Mussolini quanto Hitler não ascenderam em seus regimes totalitários e chauvinistas através de um golpe de Estado propriamente dito. Mas por meio do aprofundamento da crise engendrada por eles mesmos. Tornando, assim, indiscutível, segundo afirma Paxton (2007), que a violência não apenas levou ao crucial aprofundamento da crise política, configurando o cenário ideal para a ascensão do regime ao poder. Foi também condição *sine qua non* para legitimar a ditadura instaurada por eles.

Cabe destacar neste ponto, que movimentos e ideias de cunho reacionário não são necessariamente movimentos ou ideias fascistas. Tampouco podem ser considerados sinônimos de fascismo conceitos como autoritarismo e ditadura (KONDER, 2009). De modo que é importante evidenciar que o cenário atual brasileiro não dispõe de uma nova “onda conservadora” em curva ascendente, conforme vem sendo debatido em alguns círculos. Na verdade, parte-se da premissa de que “o conservadorismo sempre fez parte da cultura política brasileira” (FREIRE, 2018, p. 190). E, com fins de buscar maiores elementos para reflexão, destaca-se o conceito de conservadorismo a partir de seu teórico criador, Edmund Burke (1982); segundo seu pensamento, existem características indispensáveis para a coesão do Estado, como: apreço a tradição e aos costumes, respeito aos ordenamentos e hierarquias, e a preservação de estruturas de poder naturalizadas; a desigualdade era positiva, pois a inserção

5 Período entre o final da I Guerra Mundial, em 1919, até o início do Nazismo, em 1933, na Alemanha.

do indivíduo na sociedade era oriunda do poder divino. Para Burke (1982), a desigualdade entre os homens era natural e positiva, a alteração desses moldes era como ir contra as próprias leis da natureza⁶.

Tendo isso sido esclarecido, entretanto, afirmamos que o painel atual mundial, já com o capitalismo monopolista consolidado, ante aos efeitos brutais de sua crise estrutural, apresenta movimentos com uma tônica similar, em maior ou menor escala, a esse fascismo tradicional: o neofascismo. E é de suma importância frisar que os fenômenos que abarcam concepções neofascistas aparecem de formas diferentes ao redor do globo terrestre, expressando contradições particulares de cada região. Como é o caso do Brasil, que, do integralismo ao bolsonarismo, veio assumindo concepções cada vez mais reacionárias, totalitárias – e neofascistas.

Com efeito, foi no período republicano brasileiro que o fascismo se apresentou como possibilidade, sobretudo a partir de sua organização enquanto movimento e partido político de massa, integrando também o cenário político por uma ótica mais difusa de ideias após se tornar ilegal. Sua principal tradução institucional foi a Ação Integralista Brasileira (de 1932 a 1937). A organização política do partido foi tão efetiva que contou não apenas com apoio militar, mas mobilizou ações nas ruas, periódicos impressos etc. Após o reestabelecimento da ordem democrática em 1945 (depois do Golpe do Estado Novo em 1937), grande parcela dos integralistas aderiu ao Partido de Representação Popular, cujo líder era Plínio Salgado, um nacionalista de extrema direita. Sob sua liderança, o anticomunismo foi rearticulado, junto com outros aspectos do fascismo clássico.

O golpe de 1964 foi fortemente apoiado pelos integralistas, que nesse período aderiram à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Porém, com a morte de Plínio Salgado (em 1975) e o período de redemocratização do Brasil, os integralistas desarticularam-se, coexistindo de forma difusa.

Posterior a isso, diante de diferentes interpretações e metodologia política, aparecem os chamados neointegralistas no contexto brasileiro, na tentativa de reascender o ideário fascista com o qual se constituíram. Não cabe destaque para detalhar e aprofundar esse fato, mas vale pontuar que a organização partidária foi um dos pontos de ruptura dos neointegralistas.

O neofascismo reacende no Brasil no período do golpe de 2016 que depôs Dilma Rousseff (PT) da presidência do país. O movimento reaparece com mais expressividade após as manifestações de 2013, reativando o discurso antissistêmico, oposto à representação política tradicional (e democrática). E são esses mesmos grupos que ganham força, sobretudo ao se aproximarem cada vez mais de referências hodiernas da extrema direita, tal qual o militar reformado Jair Bolsonaro.

6 “(...) Eles tinham que lidar com os homens e foram obrigados, dessa forma, a estudar a natureza humana. Eles tinham que lidar com cidadãos e foram obrigados a estudar a influência que as circunstâncias de vida social exercem sobre os seus costumes. Perceberam que essa segunda natureza agia sobre a primeira e produzia novas combinações e, conseqüentemente, grandes diferenças surgiriam entre os homens em decorrência do nascimento, educação, profissão, idade, residência no campo ou na cidade, os diferentes meios que eles dispõem para adquirir e conservar a propriedade, a natureza mesma da propriedade, tudo enfim, que os dividem em espécies diferentes. Essa é a razão pela qual esses legisladores se achavam obrigados a dirigir seus concidadãos em classes, e a conferir respectivamente a cada um desses grupos os privilégios necessários para garantir o que exigiam suas necessidades especiais e para fornecer-lhes a força indispensável a sua salvaguarda dos conflitos, que em todas as sociedades complexas, nascem necessariamente da diversidade dos interesses” (BURKE, 1982, p. 177).

Por conseguinte, cabe destaque para a colocação de Michael Löwy (2019), que entende o neofascismo a partir de uma série de líderes, movimentos, governanças e partidos semelhantes ao fascismo clássico (dos anos 1920/ 1930). Para ele, trata-se de fenômenos atuais e que não são idênticos aos anteriores. Exemplo disso é o partido de VlamsBelang na Bélgica, Salvini e a Lega italiana, Marine Le Pen na França, o FPÖ (“Liberal”) da Áustria, Jair Bolsonaro (que fora do PSL e, no momento, encontra-se sem partido orgânico).

Os princípios e objetivos dos movimentos neofascistas apresentam pontos de continuidade, verossimilantes aos de Hitler e Mussolini – que, por sua vez, esmagam a classe trabalhadora valendo-se de violência brutal em favor da burguesia. Todavia, os pontos de ruptura exprimem características novas, que atualizam e visam à aplicabilidade do movimento no tempo histórico hodierno. Exemplo disso é o Presidente Jair Bolsonaro não se valer da noção de nacionalismo tal qual o fascismo clássico, submetendo-se ao Presidente norte-americano Donald Trump. Isso porque para os neofascistas os ideais advindos do direito romano e da religião cristã denotam uma sociedade ideal, pan-nacionalista, branca, cristã e ocidental (LOURENÇO, 2018).

Outra característica relevante é a abordagem da violência que se diferencia entre o fascismo clássico e o neofascismo. Enquanto os primeiros criavam um poder paramilitar uniformizado e padronizado (a exemplo dos emblemáticos Camisas Negras⁷) como ferramenta de opressão e violência, os neofascistas optam por maneiras mais difusas de disseminar suas ideias, atacando pequenos grupos ou indivíduos que de alguma forma represente oposição. Isso ocorre, sobretudo através das mídias sociais, com grupos organizados e por apoiadores individualmente, principalmente pelas redes sociais do Presidente Jair Bolsonaro. O mesmo coleciona falas polêmicas, violentas, preconceituosas e de ódio, que incitam e encorajam grupos e pessoas a atacar personalidades famosas de oposição e perfis civis. É importante salientar que a violência simbólica não aparece como unívoca no neofascismo; a violência física também é marca de grande expressão, tal como foi vista durante o próprio período das eleições presidenciais.

Outro aspecto que diferencia o fascismo clássico do movimento neofascista: a exaltação indiscriminada da burguesia. Enquanto o primeiro discursava a respeito do antielitismo, priorizando o proletariado (pelo menos na retórica), o segundo, principalmente no Brasil, une violência e autoritarismo (comum no fascismo, unido ao discurso do empreendedorismo). Para o neofascismo, a idealização do homem de bem é trabalhar e empreender, tendo como mote a exaltação da meritocracia, sem a dependência do Estado.

Essa combinação de concepções, valores, princípios e ações aparecem como características centrais da extrema direita brasileira. Sendo amplamente defendidas e praticadas tanto pelo Presidente Jair Bolsonaro quanto pela sua legião de seguidores – que abarca parcelas de vários segmentos e classes sociais. Particular ao exemplo brasileiro soma-se também o saudosismo à ditadura militar, onde são congregadas ideias antidemocráticas e ultranacionalistas, o irracionalismo, o antiintelectualismo, o autoritarismo e a falta de diálogo com qualquer tipo de oposição. Adiciona-se, ainda, o revisionismo histórico e o negacionismo científico como aspectos inerentes a política bolsonarista.

7 A Milícia Voluntária para a Segurança Nacional de Benito Mussolini ou os *fascios*. No Brasil, os integralistas contaram com os Camisas Verdes, na Espanha houve os Camisas Azuis, na Alemanha os Camisas Pardas e na Inglaterra também os Camisas Negras. Os nomes fazem alusão a cor utilizada no uniforme padrão do grupo.

Com efeito, a questão do uso das redes sociais assume uma posição central no governo bolsonarista. Isso porque o Presidente e sua cúpula valeram-se (e continuam se valendo) da ampla utilização da comunicação em massa, principalmente através das mídias sociais, com o objetivo de disseminar suas concepções distorcidas e atacar a oposição. É utilizado como umas das principais ferramentas um discurso popular, quase caricato e de caráter simplista, com pouco ou nenhum embasamento das ideias, de fácil acesso e entendimento aos segmentos sociais mais diversos – geralmente exibindo um cenário que remete ao nacionalismo.

É através desse uso indiscriminado das mídias sociais que o líder brasileiro foi apontado não apenas como disseminador de informações falsas, durante a sua candidatura e posterior a ela, ao longo de seu mandato ainda em vigência. Mas vinculado a uma série de grandes empresários acusados de financiar uma sistemática cadeia de disseminação de Fake News, como o empresário Luciano Hang (da Havan) e Otávio Fakhoury (do Website Crítica Nacional). Segundo o cientista político Antônio Marcelo Jackson, o presidente "foi eleito a partir das fake News [...] Afinal de contas, ele vive disso. Se acabarem as Fake News, acaba Jair Bolsonaro" (*apud* JORNAL DO BRASIL, 2020, s/p).

Cabe, ainda, destacar que esse movimento neofascista arvorado no bolsonarismo dispensa a ideia de um partido de massa típico do fascismo clássico, porque agora pode mobilizar suas bases pelas redes sociais, angariando grupos específicos para ataques específicos, sobretudo de camadas médias, religiosas, conservadores, militantes e apoiadores. Quanto a isso, cabe retornar a Konder (2009), quando demonstra como a vinculação aos meios de comunicação de massa foi uma estratégia insuprimível para o fascismo nos de 1920 e 1930. O autor apresenta a mídia utilizada em favor do fascismo na ação política mascarando seu viés conservador tradicionalista, difundindo uma imagem juvenil, dinâmica e modernizadora do regime. Isso porque

foi o primeiro movimento conservador que, com seu pragmatismo radical, serviu-se de métodos modernos de propaganda, sistematicamente, explorando as possibilidades que começavam a ser criadas por aquilo que viria a ser chamado sociedade de massas de consumo dirigido (KONDER, 2009, p. 47).

As breves considerações realizadas até aqui buscaram, portanto, elucidar, através de um panorama histórico-crítico, o contexto em que ocorreu o desenvolvimento dos regimes fascistas na Europa, dando ênfase ao italiano e ao alemão. Certamente não coube riqueza de detalhes dada a objetividade da proposta do ensaio, mas foi possível observar que não se trata de uma "parte solta" e já sepultada da história moderna. Na verdade, demonstra como diante das demandas do capital o Estado se reconfigura, acarretando uma série de transformações societárias. Não obstante, buscou-se demonstrar como ideias fascistas continuam refletindo na realidade atual política, econômica e social. Neste momento, por meio da apropriação de concepções do neofascismo na particularidade histórica brasileira.

Neoliberalismo, cultura da crise e reestruturação produtiva: um ataque sistemático aos direitos sociais

Neste momento, pretende-se analisar os processos históricos decorrentes das mudanças estruturais expressas no cenário brasileiro sob a ótica do avanço do neoliberalismo. Realizando uma articulação entre o fôlego renovado da agenda ultraneoliberal e os interesses da classe

dominante, expressando a ascensão da extrema-direita. Referendamos que a aspiração é, sobretudo, a manutenção da ordem social, onde se vislumbra suprimir ao máximo os direitos sociais, subsumindo cada vez mais a classe trabalhadora aos interesses dominantes.

Para isso, pretende-se evidenciar a trajetória do neoliberalismo no Brasil frente à relação contraditória entre capital-trabalho, que se coloca de forma decisiva no atual estágio do capitalismo. Revelando como, através do conjunto formado pelo conceito de consenso da classe trabalhadora e disseminação da cultura da crise (MOTA, 2015), conquista-se o arrefecimento da luta de classes e possibilita-se a implementação da reestruturação produtiva – e consequentemente expande os caminhos para o ideário neoliberal.

Por conseguinte, o neoliberalismo é entendido por Perry Anderson (1995) como um movimento político e teórico que demandava o fim da intervenção do Estado na economia, contraposto ao *Welfare State*⁸. Seu principal teórico era Friedrich Hayek através do “Caminho da Servidão” de 1944, que Anderson (1995) afirmou tratar-se de “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (p.1). Ressalta-se que o período histórico de criação da teoria neoliberal (meados da década de 1940) esbarrava em um sistema capitalista que ainda vivenciava seus Anos Dourados – fase do pós-guerra, em que ocorreram grande expansão do modo de produção e crescimento econômico. Razão pela qual, à época, a teoria neoliberal não obteve repercussão.⁹

No Brasil, a experiência neoliberal vem de encontro à efervescência política mobilizada pela sociedade civil em prol da democracia e de construção da Constituinte na década de 1980. Ainda assim, consegue encontrar um ambiente ideal para sua implementação. Isso porque a ampla difusão da ideia da “cultura da crise” e a o processo de reestruturação produtiva contribuíram efetivamente para arrefecer a luta de classes efervescente à época. A Constituição Federal de 1988¹⁰, nesse contexto, mal iniciara a efetivação dos direitos sociais e já caminhava na contramão do que se propunha a realizar. Quanto a isso, o neoliberalismo, conforme explicitado, apontava para redução de gastos públicos (com a classe trabalhadora) e direitos sociais. Isto é, reiterava o Estado mínimo (para o social), porém, disponível em sua plenitude de recursos para salvaguardar o sistema capitalista.

Nesse sentido, cabe destaque para a década anterior (em 1970), quando, no Brasil, deflagrou-se um período de expansão econômica tendo em vista a proposta da ditadura militar

8 Nesse período o Estado intervinha de forma direta na economia, principalmente com a ideia de pleno emprego e de políticas sociais efetivas que abarcassem a maior fração de trabalhadores. Ocorreu no período do pós-II Guerra, onde posterior a ela as principais economias mundiais vivenciavam, no capitalismo monopolista, sua fase de maior crescimento econômico.

9 Para Hayek, tal qual infere Anderson (1995), a solução da crise econômica ia à contramão da intervenção do Estado na economia. Porque a utilização de investimento público no bem-estar da classe trabalhadora era impensável, sendo imprescindível a interrupção do Estado interventor, de pleno emprego e políticas sociais, de modo a recuperar a taxa “natural” de desempregados, estimulando a competitividade, entre outras ações que isentariam o Estado de intervenção. Sendo assim, o neoliberalismo obtém êxito e é finalmente disseminado, mas os países centrais do mundo já operavam suas economias com poucos gastos sociais e privatizações, tendo a justificativa de buscar a recuperação das altas taxas de lucro.

10 Percebe-se que o texto constitucional representou a correlação de forças e a disputa pela hegemonia, contemplando avanços para a classe trabalhadora, com destaque para a Seguridade Social. Contudo, mantendo fortes traços conservadores, como o não enfrentamento da militarização do poder e a manutenção de prerrogativas para o Executivo (BEHRING, 2011). Seu viés social é uma contraposição veemente ao que apregoa o neoliberalismo.

de modernização conservadora¹¹. Período este que ocasionou mudanças significativas na estrutura produtiva e infraestrutura urbana, bem como a renovação do parque industrial – período balizado na economia internacional e no endividamento externo do país. Contudo, em meados da mesma década, o chamado Milagre Econômico Brasileiro, encontra seu limite e a crise instaurada não demonstrava sinais de enfraquecimento. Principalmente em virtude das baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do aumento do desemprego, da diminuição dos salários e da grande acumulação e concentração de renda. Contraditoriamente, esse cenário também acarreta maior participação política da sociedade civil em prol de mudanças estruturais e pelo fim do regime ditatorial. A organização social protagonizada pela sociedade civil articulada ao movimento sindical resultou na reconstituição da democracia de forma lenta e gradual, conforme a autocracia burguesa cedia (a um nível suportável de concessão do capital) à pressão popular (MOTA, 2015, p. 53).

Com efeito, apesar da forma de governo estar se encaminhando para a democratização com o esgotamento da ditadura militar brasileira, “o processo de socialização do poder político não produziu rupturas nos mecanismos de socialização do trabalho e na apropriação da riqueza socialmente produzida” (MOTA, 2015, p. 70). Esta grande onda recessiva do capitalismo posterior ao Milagre Econômico, porém, engendrou severas modificações na própria estrutura da produção – com vistas à reversão desta conjuntura negativa para o setor produtivo. O capitalismo monopolista buscou estrategicamente a retomada de crescimento, principalmente atacando os movimentos sindicais haja vista enfraquecer a organização dos trabalhadores.

Nesse ínterim, porém, a burguesia projeta retomar sua hegemonia fortalecendo ideologicamente a “cultura da crise”, revelando que há uma crise econômica sem precedentes e que todo o conjunto da sociedade irá sofrer os ônus. Para essa “cultura da crise” é imprescindível a retomada da produção, conseqüentemente, com maior precariedade do trabalho e aviltamento do padrão de vida dos trabalhadores. Afinal, o discurso predominante era (e ainda é) o de que se a produção não fosse retomada, haveria ainda menos possibilidade de emprego e renda.

A partir disso, a classe trabalhadora brasileira encontrou-se cada vez mais sujeita as formas de reprodução social impostas pela transição da produção, até então rígidas oriundas do modo de produção fordista.¹² A retomada do crescimento aparece, assim, a partir da reestruturação da produção (a reestruturação produtiva), que, segundo Netto (2012), é nada menos que “uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo” (p. 227). Porquanto, essas novas formas de produção alteram também de modo considerável a relação contraditória entre capital-trabalho¹³, onde é superada a produção fabril rígida em larga escala, transformando a produção

11 Para Mota (2015) a modernização conservadora teve como principais características as vantagens concedidas ao capital estrangeiro e aos grupos nacionais, permitindo a centralização do capital e instituindo um padrão de industrialização dirigida às necessidades de consumidores da elite brasileira e às demandas externas. E o resultado da modernização conservadora foi o aumento da concentração de renda, pauperismo, precarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

12 Para Harvey (1996, p. 121), o fordismo era um sistema organizacional entre produção em massa e consumo. Ford instaurou o dia de 8 horas de trabalho e cinco dólares visando condicionar o trabalhador a uma disciplina corporativa com o objetivo de propiciar uma operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade, criando uma nova configuração de trabalho. Portanto, o fordismo criou um sistema que buscava que o trabalhador fosse também consumidor, fornecendo condições de reprodução social.

13 Netto (2001) reitera a contradição entre a produção e a reprodução da força de trabalho, nos fazendo compreender que as más condições de vida estão diretamente relacionadas com o modo de produção capitalista.

rígida em produção flexível.¹⁴ A qual aparece como uma estratégia de enfrentamento da crise e de manutenção da hegemonia da classe dominante. Assim, a fragilidade em que se encontra a organização da classe trabalhadores devido à cultura da crise e o receio de perder sua subsistência, contribui para baratear e subjugar ainda mais a força de trabalho, com a permissividade de concessões e perda de direitos. É nesse contexto que na década de 1980 o neoliberalismo ganha força, aparecendo como uma alternativa à crise – sendo, assim como a ditadura militar, financiado e direcionado pela burguesia internacional.

Para Mota (2015), com a crise em curso e as grandes mudanças advindas da reestruturação produtiva, exigiu-se a formação de novos modos de domínio do capital sobre o trabalho. Estes novos modos de domínio inserem-se na sociedade de forma que estabelecem valores políticos, éticos e sociais conforme as necessidades da produção e da reprodução social da vida do trabalhador. Assim, esta dominação no ideário social transforma-se em eixo de apoio para produção de consentimento de classes diante da cultura da crise imposta pela classe dominante. A qual diante da necessidade de reestruturação do âmbito da produção encontrou no neoliberalismo uma oportunidade para maior lucratividade. Portanto, a criação de uma cultura em que a liberdade política é a liberdade do livre comércio.

Até aqui buscamos realizar um brevíssimo traçado histórico do Brasil a partir do período ditatorial, ante ao domínio do aparato militar financiado pelo capital internacional, com o objetivo de modernizar a indústria no país e salvaguardá-lo da assombração do “Perigo Vermelho”, ou seja, da tão temida ameaça comunista. E do turbulento processo de redemocratização, que mal fora estabelecido com a Constituição de 1988 e logo fora perversamente atacado pelo ideário neoliberal justificando a grande recessão devido à intervenção do Estado sobre os gastos sociais e as estratégias da reestruturação produtiva para a saída da crise econômica.

Agora, a intenção é demonstrar de forma bastante objetiva o caminho pelo qual a hegemonia neoliberal percorreu até a renovação do seu fôlego na atualidade com a gestão bolsonarista, além da importância da manutenção do conservadorismo e de ideais neofascistas para essa afirmação.

A trajetória do neoliberalismo na política brasileira: da construção de um ambiente ideal até sua exacerbação por meio do bolsonarismo

Até aqui discorreremos sobre a intensa correlação de forças em torno da legitimação da hegemonia neoliberal durante a década de 1990. Sobretudo porque o Estado brasileiro foi demonizado e visto como um enorme peso para a sociedade devido seus gastos sociais. Para Netto (2012), foi a partir daí que a palavra reforma perdeu seu sentido tradicional de mudança e ampliação de direitos. Ocorreu que desde o avanço do neoliberalismo na década de 1980, “reforma” passa a ser, então, utilizada como um conjunto ideológico de implantação de medidas econômicas restritas com despesas para a classe trabalhadora – porém, maximizando seu gasto com o capital. O que o autor ressalta é que, na verdade, a investida do neoliberalismo sob a

14 Em termos gerais, esta produção (ou acumulação) flexível é compreendida a partir do conjunto de teorias de administração fabril científica e tecnológica taylorista, que admite uma produção máxima em tempo menor, polivalência do trabalhador, controle do tempo e produção mediante demanda de consumo.

supressão e dismantelamento dos direitos sociais passa a ser entendida como processo de contrarreforma.

As manifestações mais regressivas do neoliberalismo no Brasil, segundo Antunes (2018), deram-se a partir da eleição de Collor de Mello no ano de 1989. Apesar da vitória da classe trabalhadora na consumação da Constituição Federal, a exigência do capital para a execução da reestruturação produtiva e a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho já desenvolvida a partir da hegemonia neoliberal, deu continuidade ao processo de enfraquecimento e fragmentação dos sindicatos e movimentos de oposição. A investida do governo Collor para o avanço do neoliberalismo se caracterizou, principalmente, pela intensificação da reestruturação produtiva, flexibilização das leis trabalhistas, financeirização da economia, livre circulação dos capitais e privatização do setor produtivo estatal.

Após impeachment do presidente Collor e o fim do mandato do vice-presidente Itamar Franco, em 1994, Fernando Henrique Cardoso (FHC) venceu o pleito e tornou-se um grande emissário do neoliberalismo. Seu governo foi marcado por intenso processo de privatização, transformando uma parcela significativa do setor produtivo estatal em propriedade do capital transnacional. Este contexto foi intenso e causou graves consequências para o sindicalismo e para a classe trabalhadora. Antunes (2018) ressalta que neste período ocorreu desregulamentação e flexibilização trabalhista, privatização intensa e desindustrialização, o que ocasionou informalidade, terceirização, subemprego e desemprego em larga escala. Ademais, o governo FHC propiciou o avanço e estruturação do neoliberalismo até o fim de seu segundo mandato em 2002. Este seguiu com a contrarreforma continuando o desmonte das políticas públicas e a supressão dos direitos sociais alicerçado na justificativa de reformatação do Estado brasileiro. Além disso, o ajuste fiscal foi utilizado para legitimá-la, baseando-se na necessidade de manter o equilíbrio das contas do Estado. Assim, o neoliberalismo transformou as políticas sociais – a partir do trinômio clássico privatização, focalização e descentralização – inibindo a atuação e responsabilização do Estado na universalização dos direitos adquiridos a partir da Constituição de 1988. Estabelecendo a cultura da crise para argumentação da necessidade do ajuste fiscal nas contas públicas e, conseqüentemente, na redução de direitos.

Ainda em 2002, a disputa presidencial evidenciou a dicotomia política entre direita versus esquerda, quando Luis Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu seu adversário José Serra (PSDB – mesmo partido do presidente anterior FHC) no segundo turno. A expressiva campanha realizada por Lula é resultado de sua trajetória política emblematicamente sindicalista e com forte apelo popular em sua oratória, destacando-se enquanto oposição desde a primeira eleição presidencial após ditadura. Segundo Antunes (2018), em 2002 o PT já havia se transmutado para uma forma de oposição mais moderada e propícia ao capitalismo financeiro, oscilando na resistência ao neoliberalismo e a concordância em uma nova política. O autor destaca que o primeiro governo Lula foi a continuidade da economia neoliberal de FHC, preservando a hegemonia do capital financeiro, ainda que mantivesse certo consenso com a classe trabalhadora por meio de políticas sociais.

O segundo mandato de Lula foi marcado pela tentativa de conciliação com a classe trabalhadora a fim de apaziguar as denúncias de corrupção de seu partido e base aliada (com o escândalo do chamado Mensalão), e da não alteração das estruturas produtoras de pobreza inerentes ao capitalismo. Para propiciar a necessária conciliação, aumentou o salário mínimo

nacional e criou um dos maiores programas de transferências de renda do Brasil, o Programa Bolsa Família¹⁵.

O presidente Lula foi apoiado pelas classes dominantes justamente pelo não rompimento da estrutura social vigente, destacando que diversos setores do grande capital foram beneficiados imensamente. O grande capital lucrou tanto nesse período que poucas vezes foi possível observar tal concentração de renda na história recente brasileira. Segundo Antunes (2018, p. 229)

Seu segundo governo continuou beneficiando enormemente as diversas frações do grande capital, sobretudo o industrial e o financeiro (que, como sabemos, têm uma forte simbiose entre eles, ainda que com frequência disputem espaços na condução da política econômica), além do agronegócio.

Logo, o governo de Lula foi marcado pela tentativa de conciliação das necessidades e interesses distintos de classes, em que, apesar do grande capital ter seu superdimensionamento lucrativo¹⁶ (principalmente o capital financeiro), os estratos mais empobrecidos da sociedade brasileira puderam ter conquistas sólidas e transformadoras¹⁷. Cabe destacar neste ponto, o princípio da narrativa deterioradora de ojeriza ao PT e seu projeto policlassista, em que se destaca a perda de privilégios de parte dos estratos sociais mais abastados, relacionado com a conquista de maiores direitos dos estratos mais empobrecidos, “contestados pela direita com seu intrínseco e ineliminável traço de insensibilidade social, herança de seu passado colonial quase “prussiano”, muito escravista, fortemente senhorial e excludente” (ANTUNES, 2018, p. 229).

Chegamos, então, ao primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2011. Ainda segundo Antunes (2018), a grande aceitação pública ao que, neste momento, já se denominava lulismo (proveniente da liderança messiânica e carismática de Lula) elegeu Dilma, e mantiveram-se as bases do projeto político de Lula, recebendo apoio das elites do grande capital suficientemente satisfeita com a política econômica vigente. Embora houvesse todas as adversidades e a dicotomia social aparente, Dilma vence as eleições de 2014 e se encaminha para seu segundo mandato em 2015. Antunes (2018) assinala que contrariando suas promessas de campanha, a presidente reduziu direitos trabalhistas, avançou com o “ajuste fiscal” e aumentou os juros bancários. Além disso, é deflagrada a operação “Lava Jato” (operação com a finalidade de investigar esquemas de corrupção na Petrobrás), a qual demonstrava claro objetivo de atingir o Partido dos Trabalhadores e seus aliados. E é neste momento que inicia maior derrocada de sua base social.

O golpe jurídico-parlamentar de 2016 evidenciou as fissuras éticas, morais e sociais no parlamento brasileiro. Dilma Rousseff foi sofreu um impeachment apesar da não comprovação de crime de responsabilidade e Michel Temer, seu vice-presidente aliado aos interesses da extrema-direita, assume a presidência claramente intencionado em privilegiar ainda mais o

16 “Vale recordar nesta breve síntese que o governo Lula, além de ampliar o espaço do grande capital internacional no Brasil, incentivou fortemente a transnacionalização de importantes setores da burguesia nativa, como a construção civil, composta pelas empreiteiras, uma das mais corruptas frações do grande capital no país” (ANTUNES 2018, p. 229).

17 Isso revela a dualidade contraditória nas conquistas sociais. Por um lado, é possível observar o importante ganho para classe trabalhadora. Por outro, as condições objetivas do arrefecimento da luta de classes e, portanto, possibilidade de continuidade do modo de exploração do grande capital.

grande capital em detrimento dos trabalhadores. Em seu breve governo, Temer aprova a reforma trabalhista, tendo como efeito uma maior precarização das relações de trabalho deteriorando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estímulo ao trabalho terceirizado¹⁸. O governo de Temer apesar de ter sido curto foi significativo na destituição dos direitos da população. Como exemplo, é demonstrado através da proposta da Emenda Constitucional que limita em 20 anos os gastos públicos (PEC do teto de gastos), ocasionando, principalmente, o desmonte da saúde e educação públicas.¹⁹

Com efeito, as eleições de 2018, brutalmente rivalizadas em um misto de idolatria, patriotismo e manipulação midiática, enredou uma crise política, ética e moral sem precedentes como resultante dos acontecimentos políticos dos últimos anos, levando ao descrédito e à descrença de todo meio político. Jair Bolsonaro, candidato à presidência, um militar reformado, ganha fôlego na corrida presidencial com bandeiras neoconservadoras, sendo algumas mais expressivas em defesa da família tradicional e o combate à corrupção (emblemático ante aos escândalos da Operação Lava Jato).

Sua trajetória política foi de 30 anos sem grande expressividade mesmo após sete mandatos (1991 a 2018) em diferentes partidos políticos, exaltou diversas temáticas que a elite e as classes médias tradicionais vinham brandindo. Como o tradicionalismo neoconservador, o neoliberalismo, a justificativa da violência aos estratos mais empobrecidos, a liberalização ao porte e acesso a armas, sua aclamação aos ideários norte-americanos e manutenção de privilégios, montou uma campanha estratégica que capturou grande parte da classe média e estratos mais empobrecidos.

Vale ressaltar que após demonstrar insuficiência teórica e política nos debates, deixou de comparecer aos mesmos. Entretanto, continuou a se valer do uso massivo das redes sociais legitimando sua campanha com o discurso de redução dos gastos eleitoreiros e combate a corrupção. Ademais, um aspecto importante da evolução vitoriosa de Bolsonaro nas eleições presidenciais, foi de um atentado ocorrido cerca de um mês antes das eleições, em que o presidencialista foi esfaqueado no abdômen²⁰. Este episódio ganhou um destaque midiático inenarrável, muito além dos oito minutos aos quais tinham sido designados à sua campanha. Além disso, neste momento, a equipe de campanha buscou fortalecer Bolsonaro como um messias, salvador e antissistema, explorando a imagem da facada, incessantemente, com fins de concretizar a figura de mártir. Este atentado ganhou visibilidade nacional e gerou forte comoção na população brasileira. Por fim, entre o íterim de recuperação e convalescência devido a facada justificou sua ausência em debates públicos no período final de campanha, o que estabilizou o desgaste da sua imagem proveniente de sua parca oratória e conhecimento político.

Com efeito, apesar de não ter aparecido no cenário político enquanto presidencialista como a primeira opção da elite brasileira, um dos pilares que sustenta o grande capital ao seu

18 Reforma trabalhista: Temer diz que nova lei 'amplia horizontes' para o emprego e critica 'falsas informações' sobre o tema. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/reforma-trabalhista-temer-afirma-que-nova-lei-amplia-horizontes-para-quem-procura-emprego.ghtml> Acesso em: 06 set.2020.

19 PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/13/pec-que-congela-gastos-do-governo-por-20-anos-e-aprovada-em-votacao-final.htm> Acesso em: 07 set.2020.

20 Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml> Acesso em: 08 set.2020.

lado é seu “guru” econômico e ultraneoliberal, o Ministro da Economia Paulo Guedes – garantidor da maximização dos recursos estatais com destino certo para classe dominante. Porquanto, seu viés associado a concepções neofascistas não é de comum acordo entre todos os seus apoiadores, apesar de ter conquistado boa parcela da população brasileira com esse discurso. No entanto, é percebido que a base de apoio que discorda de seu discurso reacionário, mantém sua legitimação a partir das propensas reformas econômicas. Por um lado, estão seus apoiadores mais irracionais, que sustentam toda e qualquer ação ou fala de Bolsonaro. Por outro, é possível observar apoiadores que não dão suporte a todas as características mais extremas adotadas – exceto quanto direcionadas à economia.

Diante do cenário traçado, elencamos algumas características adotadas no governo Bolsonaro que trazem características típicas do fascismo, como os diversos momentos de ameaça de detenção aos opositores políticos, a apregoada eliminação de minorias, a frequente utilização de ameaça comunista fantasiosa para justificar e legitimar a necessidade do uso da violência e repressão. Ainda, a exaltação da família tradicional, em sentido amplo de preconceitos e ataques ao público LGBTQI+. Ademais, o culto a violência e a legalização do porte de armas e facilitação para o seu acesso, além da legitimação de milícias e poderes paramilitares aparecem com centralidade nos discursos presidenciais.

Somente em seu primeiro mandato de governo, Bolsonaro colecionou diversas declarações extremistas e de cunho preconceituoso que resultou em grande repercussão nacional e internacional, em que podemos demonstrar: 1) “se o presidente da OAB quiser saber como o pai desapareceu na ditadura militar, eu conto pra ele” (declaração em tom de provocação ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz). 2) “Dentre os governadores de ‘Paraíba’, o pior é o do Maranhão” (o presidente utilizou o termo ‘Paraíba’ de forma generalista e pejorativa aos estados nordestinos e referiu-se diretamente ao governador Flavio Dino do PC do B). 3) “Quando um moleque de 9, 10 anos vai trabalhar em algum lugar, tá cheio de gente aí: ‘Trabalho escravo, não sei o que, trabalho infantil’. Agora, quando tá fumando um ‘paralelepípedo’ de crack, ninguém fala nada. Trabalho não atrapalha a vida de ninguém” (o presidente sugeriu ser a favor do trabalho infantil). 4) “Passar fome no Brasil é uma grande mentira” (nesta frase o presidente demonstra uma extrema falta de conhecimento acerca das condições de vida de parte da população brasileira). 5) “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade” (o presidente fala sobre a imagem do Brasil no exterior). 6) “O Brasil não pode ser o país do mundo gay. Temos famílias.” (o presidente infere a cultura LGBTQI+ como antagônica à família brasileira). 7) “Não tinha ninguém pra dar um tiro?” (declaração sobre o um episódio em que um morador de rua esfaqueou três pessoas no Rio de Janeiro, sugeriu que se houvesse alguém armado apenas o morador de rua estaria morto). 8) “Pretendo beneficiar meu filho, sim. [...] Se eu puder dar um filé mignon pro meu filho, eu dou” (o presidente declara sobre a indicação de seu filho Eduardo Bolsonaro para o cargo de embaixador do Brasil nos EUA).²¹ Conquanto, o primeiro ano de mandato, a agenda de campanha de Bolsonaro foi cumprida muito resumidamente: ressaltando o avanço e o fortalecimento do neoliberalismo, principalmente através da aprovação da contrarreforma da previdência e trabalhista, privatizações, flexibilização da legislação ambiental para fins de exploração, fomento da violência contra a oposição e amplo estímulo de medidas antidemocráticas. Tornando cada vez mais indubitável sua íntima relação com concepções neofascistas e com o neoconservadorismo, atrelados ao projeto ultradireitista de manutenção

21 Declarações chocantes marcam mandato de Bolsonaro. Especialista analisa frases. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2019-08-07/declaracoes-polemicas-bolsonaro.html> Acesso em: 12 jul.2020.

dos superlucros capitalistas. Essa governança bolsonarista concretizou a ação ultraneoliberal na economia brasileira.

Considerações finais

A realidade no Brasil de hoje vem impondo muitos desafios, sobretudo no que tange aos partidos políticos e movimentos sociais que visam, ainda que limitadamente, resguardar e favorecer a classe trabalhadora dos ditames ultraneoliberais. Em 2020, no segundo ano do mandato do presidente Jair Bolsonaro, ou seja, sob o consolidado poderio ultradireitista, foi possível presenciar não apenas o exponencial aviltamento dos direitos sociais e trabalhistas, mas diversas expressões claramente antidemocráticas, autoritárias, pró-ditatoriais e elitistas. Perguntamo-nos então: sob quais teorias e perspectivas se encontra a atual governança brasileira? E o que podemos esperar de um governo de extrema direita ordenado com uma tônica tão pragmática, fascista e conservadora em um cenário pós-golpe jurídico-parlamentar?

Essas são questões que não podem ser respondidas a partir de um ponto de vista reducionista ou simplista. Porque envolvem a multifacetada congregação de fatores correspondentes à realidade concreta que vivemos. Todavia, buscou-se, através das reflexões histórico-críticas discorridas, perceber como características basilares das experiências fascistas vêm influenciando e impulsionando o cenário político atual. Além disso, por meio da trajetória do ideário neoliberal no Brasil, foi possível perceber como este vem convergindo para a exacerbação e aprofundamento das mazelas provenientes do modo de produção capitalista. Essa dinâmica é dada em virtude do projeto societário ultradireitista com vistas para os superlucros e para a garantia de manutenção da ordem social ante a crise estrutural cada vez mais evidente. Principalmente, porque o bloco direitista conformado pela elite brasileira não é monolítico quanto à figura do presidente, mas se articula sem titubear à medida que é necessário salvaguardar o sistema capitalista – e Bolsonaro se encontra intimamente articulado a essa finalidade.

Com isso, findamos o ensaio afirmando que o momento é de aprofundamento e aperfeiçoamento do neoliberalismo, sendo visíveis as repercussões e rebatimentos à classe trabalhadora. Assumir a brutalidade do fascismo, disseminando violentamente um discurso de ódio de classe ou permitir o destrutivo reacionarismo conservador (principalmente para as minorias) aparece como uma estratégia alienante que visa amordaçar os trabalhadores. Mas tal qual inferiu Marx: “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (1997, p. 21).

Referências

- ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Gênese e particularidade do objeto: entre a singularidade, a particularidade e a universalidade dos fenômenos autocráticos chauvinistas contemporâneos*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2011.

- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 1982.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. Crise do capital e ultraneoliberalismo: a capitalização da Previdência Social no Brasil. In: "O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro / Juliana Fiuza Cislighi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro : Consequência, 2019.
- FREIRE, Silene de Moraes. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. *Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea Quadranti*, v. 6, n. 2, p. 189-212, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- LOURENÇO, Ademar. Diferenças entre o fascismo e o neofascismo: provocações iniciais para o debate. *Esquerda Online*, 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/03/02/diferencas-entre-o-fascismo-e-o-neofascismo-provocacoes-iniciais-para-o-debate/>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.
- LOWY, Michel. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *A Terra É Redonda*, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em: 15/06/2020
- LUKÁCS, Gyorgy. *Para uma Ontologia do ser social I*. São. Paulo: Boitempo, 2012.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social*. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, José. Paulo. Cinco notas a propósito da questão social. *Revista Temporalis*, v. 2, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, jan./jul.2001.
- NETTO, José. Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José. Paulo. O Capitalismo Contemporâneo. In: NETTO, José. Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 223-253.
- MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Karoline Claudino Guimarães – Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista CAPES. E-mail: karolinesclaudino@gmail.com

Maíra Carvalho Pereira - Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista Capes. E-mail: mai.carvalho@outlook.com